

Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal

NOVEMBRO 2016 Nº 62

ARTIGOS E PARECERES

- AUTONOMIA MUNICIPAL NA CRIAÇÃO DE VANTAGENS FUNCIONAIS 1501
Ivan Barbosa Rigolin
- LEI DAS ESTATAIS. PONTOS INTERESSANTES E INOVAÇÕES DA NOVA LEI DAS ESTATAIS 1517
Meggie Stefani Lecioli Vasconcelos
- O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA AS UNIDADES PRISIONAIS E SOCIOEDUCATIVAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS: UMA NOVA PROPOSTA 1519
Ana Luisa Silva Falcão , Geovana Maria do Carmo Santos, Luiz Flávio Rodrigues Lopes
- A DESTINAÇÃO AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE PELAS SUAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E EMPRESAS PÚBLICAS 1554
Charbel Elias Maroun
- REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO, CONDOMÍNIOS INDUSTRIAIS E ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO EM REGIÕES AFETADAS POR DESASTRES AMBIENTAIS 1561
Paulo Sérgio Mendes César
- ITBI E DESINCORPORAÇÃO RESULTANTE DE REDUÇÃO DE CAPITAL 1569
Kiyoshi Harada
- CONTROLE EXTERNO DEMOCRÁTICO: ANÁLISE QUANTITATIVA DAS DENÚNCIAS FORMULADAS E APRECIADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 2009 A 2014 1586
Pedro Henrique Magalhães Azevedo
- AS DUAS “FACES” DO ATIVISMO JUDICIAL 1599
Eva de Azevedo Gomes

TRIBUNAIS DE CONTAS

TCE - Minas Gerais

- Composição da base de cálculo para obtenção do limite do duodécimo repassado ao Poder Legislativo municipal 1570

TCE - Paraná

- Momento adequado para a apresentação de amostras em licitações 1539

JURISPRUDÊNCIA

TJ - Minas Gerais

Constitucional Lei municipal que concede isenção do IPTU de imóveis atingidos por enchentes e alagamentos 1509

Inconstitucional Lei municipal que dispõe sobre o envio ao Poder Legislativo dos processos licitatórios do Poder Executivo 1543

TJ - São Paulo

Reintegração de posse de bem público em área de preservação permanente 1605

DÚVIDAS DOS ASSINANTES

GUARDA MUNICIPAL – DIÁRIA OPERACIONAL – RESERVA LEGAL – GRATIFICAÇÃO/ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO – PREVISÃO 1513

CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL – FUNDAMENTO LEGAL 1551

IPTU – COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO – CONSIDERAÇÕES 1583

PROJETO DE LEI – PROIBIÇÃO DE FORRAÇÃO DAS RUAS COM PROPAGANDA ELEITORAL – CONSTITUCIONALIDADE 1610